



Department of Justice

(Departamento de Justiça)

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2016
WWW.JUSTICE.GOV

CRT
(202) 514-2007
TTY (866) 544-5309

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA ENCERRA CASO APÓS REFORMAS JUDICIAIS DO ESTADO DE RHODE ISLAND CONCEDEREM ACESSO EQUITATIVO A INDIVÍDUOS COM PROFICIÊNCIA LIMITADA DA LÍNGUA INGLESA

WASHINGTON – O Departamento de Justiça anunciou hoje que a acção referente ao fornecimento de assistência linguística a indivíduos com proficiência limitada da língua inglesa (LEP, na sigla em inglês) dentro do sistema judicial estatal foi encerrada após a aprovação e implementação de reformas pertinentes pelo Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island.

O Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island e o Departamento de Justiça resolveram uma investigação com respeito a uma acção movida sob o Título VI da Lei de Direitos Civis de 1964, o qual proíbe qualquer discriminação racial, de cor ou de nacionalidade em programas ou actividade subsidiadas pelo governo federal. A queixa alegava que o Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island não providenciou intérpretes e outros serviços de assistência linguística a indivíduos com LEP, durante sessões judiciárias. Em 2012, após extensas negociações entre o Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island e o Departamento de Justiça, o Presidente do Supremo Tribunal do Estado de Rhode Island Paul A. Suttell promulgou o [Ato de Poder Executivo N.º. 2012-05](#), referente a serviços linguísticos nos tribunais, o qual estipula que intérpretes qualificados e outros serviços de assistência linguística aprovados sejam disponibilizados a indivíduos com LEP, sem qualquer custo para estes, em todos os procedimentos, serviços e programas dos tribunais.

Em 2014, o Departamento de Justiça aprovou o [plano de acesso linguístico](#) do Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island e as partes assinaram um [acordo de resolução voluntária](#), o qual estipulou que o plano e o ato de poder executivo deviam ser implementados, em conformidade com o Título VI, com recomendações contínuas de um comité integrado pelas partes interessadas e sujeito a dois anos de monitoramento e assistência técnica. Hoje, o Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island satisfaz todas as condições para o término do acordo e o Departamento de Justiça encerrou o caso.

O Departamento e o Sistema Judiciário do Estado de Rhode Island trabalharam em conjunto para melhorar a maneira como os tribunais se comunicam com os indivíduos com LEP que por eles transitam. Além de adoptar a abrangente política de acesso linguístico contida no decreto executivo, o judiciário também estabeleceu as seguintes exigências:

- Funcionários qualificados devem ser designados para oferecer serviços legais aos usuários do sistema judiciário em outros idiomas além do inglês;
- Placas / posters devem ser postados em todos os fóruns judiciais informando o público sobre seu direito a um intérprete, sem qualquer custo;
- As duas partes de uma acção legal devem registrar com o fórum quaisquer necessidades de intérpretes, de acordo com os novos requisitos de cadastramento electrónico;
- Formulários e os conteúdos dos *websites* devem ser traduzidos para os idiomas mais comumente falados no Estado de Rhode Island, tais como espanhol, português, khmer e crioulo cabo-verdiano;
- Uma notificação multilíngue sobre o direito à assistência linguística deve ser criada e o tribunal deve adoptar a regra, exigindo a entrega dessa notificação a todos os participantes de procedimentos legais; e
- Uma política de reclamações de serviços linguísticos deve ser criada, com um formulário multilíngue para registrar as queixas disponibilizado por meio do *website* do fórum, dos escritórios do oficial de justiça e do Escritório de Intérpretes Judiciais.

"Para que haja justiça, exige-se que todas as pessoas, incluindo aquelas com proficiência limitada da língua inglesa, tenham completo acesso e uma participação justa em nossos tribunais", afirmou o Primeiro Procurador - Geral Adjunto Vanita Gupta, chefe da Divisão de Direitos Civis do Departamento de Justiça. "Felicitamos o Juiz Presidente Suttell e seu pessoal do Gabinete Administrativo dos Tribunais Estatais por seus esforços em fazer da promessa de acesso equitativo à justiça uma realidade para todos os residentes do Estado de Rhode Island."

A questão de Rhode Island foi coordenada pelo Promotor Paul M. Uyehara da Secção de Coordenação e Conformidade Federal (FCS, na sigla em inglês) da Divisão de Direitos Civis.

A queixa foi resolvida como parte da iniciativa da FCS para garantir que os tribunais de todos os estados entrassem em conformidade com os requisitos de acesso linguístico do Título VI. Para assegurar que nenhum indivíduo com LEP fosse injustiçado devido à falta de serviços linguísticos nos fóruns, a [equipe de tribunais da FCS](#) oferece orientações sobre a política em vigor e assistência técnica para os sistemas judiciários dos estados, além de ser responsável pelo cumprimento dos requisitos em todo o país.

Para obter mais informações sobre a FCS e o requisitos do Título VI, visite o *website* <https://www.justice.gov/crt/fcs>. Para obter informações adicionais sobre recursos relacionados à LEP, visite o *website* <http://www.lep.gov/index.htm>.

###

16-XXX

NÃO RESPONDA A ESTA MENSAGEM. PARA SANAR QUAISQUER DÚVIDAS, UTILIZE OS CONTACTOS MENCIONADOS NESTA MENSAGEM OU ENTRE EM CONTACTO COM O GABINETE DE RELAÇÕES PÚBLICAS PELO TELEFONE 202-514-2007.